



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS IMPERIALISMO E CAPITALISMO BUROCRÁTICO

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEÑA: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LAS CATEGORÍAS IMPERIALISMO Y CAPITALISMO BUROCRÁTICO

BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICY: AN ANALYSIS FROM THE IMPERIALISM CATEGORIES AND BUREAUCRATIC CAPITALISM

Paulo Aparecido Dias da Silva
Universidade Federal de Rondônia - Brasil
E-mail: paapdi@hotmail.com

Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro
Universidade Federal do Amazonas - Brasil
E-mail: gpinheiro@ufam.edu.br

Eixo temático 3: Metodologias para a análise e pesquisa de Políticas Educativas

Resumo: O trabalho tem por objetivo discutir, por meio de uma pesquisa bibliográfica, acerca das categorias imperialismo e capitalismo burocrático como perspectiva de análise da política educacional brasileira. A partir dos aportes teóricos de Lênin (1989), Mao Tsetung (1979), Guzmán (1974), Basbaum (1986) e Sodré (1983) essas categorias históricas possibilitam compreender a atuação do Estado brasileiro frente à educação. O capitalismo burocrático é o tipo de capitalismo engendrado pelo imperialismo nos países que não resolveram o problema agrário e mantém relações atrasadas no campo denominadas de semifeudais e semicoloniais dadas a sua submissão ao imperialismo, sobretudo o Estadunidense no caso do Brasil. O Banco Mundial, como principal agência do imperialismo, atua de diversas formas, ora financiando, ora direcionando política e ideologicamente as políticas educacionais. Assim, impõe os interesses imperialistas no âmbito da educação aos países semicoloniais. A educação básica é apontada como meio de aliviar a pobreza e como principal fator de desenvolvimento econômico. Ocultam-se, portanto, os processos de dominação e as relações impostas como forma de garantir uma sobrevida ao capitalismo em sua última e superior fase.

Palavras-chave: Imperialismo. Capitalismo burocrático. Políticas educacionais.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo discutir, por medio de una investigación bibliográfica, las categorías imperialismo y capitalismo burocrático como perspectiva de análisis de la política educacional brasileña. A partir de los aportes teóricos de Lenin (1989), Mao Tsetung (1979), Guzmán (1974), Basbaum (1986) y Sodré (1983) esas categorías históricas posibilitan comprender la actuación del Estado brasileño delante de la educación. El capitalismo burocrático es el tipo de capitalismo



engendrado por el imperialismo en los países que no resolvieron el problema agrario y mantienen relaciones atrasadas en los campos denominados semifeudales y semi-coloniales dado a su sumisión al imperialismo, sobre todo el Estadunidense en el caso de Brasil. El Banco Mundial, como principal agencia del imperialismo, actúa de diversas formas, a veces financiando, otras veces direccionando política e ideológicamente las políticas educacionales. Así, impone los intereses imperialistas en el ámbito de la educación a los países semicoloniales. La educación básica es tomada como medio para aliviar la pobreza y como principal factor de desarrollo económico. Se ocultan, por tanto, los procesos de dominación y las relaciones impuestas como forma de garantizar una sobrevivencia al capitalismo en su última y superior fase.

Palabras clave: Imperialismo. Capitalismo burocrático. Políticas educacionales.

Abstract: The present work aims to discuss, through a literature search, about imperialism categories and bureaucratic capitalism as analytical perspective of the Brazilian educational policy. From the theoretical contributions of Lenin (1989), Mao Zedong (1979), Guzman (1974), Basbaum (1986), and Sodré (1983) these historical categories allow understanding the performance of the Brazilian state education front. Bureaucratic capitalism is the type of capitalism engendered by imperialism in countries that did not resolve the agrarian problem and maintains backward in the field of semi-feudal relations and semi colonial given its submission to imperialism, especially the American in the Brazilian case. The World Bank, as lead agency of imperialism operates in various ways, sometimes funding, sometimes directing political and ideological education policies. Thus, it imposes imperialist interests in education to semi-colonial countries. Basic education is seen as a means of alleviating poverty and the main factor of economic development. It's been hidden, therefore, processes of domination and relations imposed as a way to ensure survival of capitalism in its last and highest stage.

Keywords: Imperialism. Bureaucratic capitalism. Educational policies.

Introdução

O Brasil, na condição de dependência internacional e em função das relações de classe estabelecidas no seu interior, mantém-se submisso às determinações imperialistas nos diversos setores e especificamente no que diz respeito às políticas educacionais por meio das ações do Banco Mundial.

O Banco Mundial, desde o seu surgimento em 1944, no final da Segunda Guerra Mundial, está sob o controle das nações hegemônicas, sobretudo dos Estados Unidos que possui a maioria das ações e elegeu todos os seus presidentes até o momento. Inicialmente, esta instituição se propunha a investir no “desenvolvimento” dos países atrasados financiando projetos voltados para infraestrutura.

A partir da década de 1970, o Banco Mundial redireciona suas prioridades voltando-se para a educação, intervindo diretamente nesta área.



Nas avaliações do Banco Mundial, a educação básica é vista como capital humano, que nos países atrasados, denominados por este organismo de “países em desenvolvimento”, supostamente teria um papel central no processo de superação do atraso. Neste sentido, o Banco preconiza a prioridade na educação básica como forma de aliviar a pobreza e possibilitar a saída da situação de “vulnerabilidade social” em que se encontra grande parte da população.

O Estado brasileiro submete-se aos interesses dos países imperialistas tendo em vista que é dirigido por frações da classe dominante, que disputam o poder entre si, cujos interesses estão umbilicalmente ligados aos grupos imperialistas. Desta forma, as políticas educacionais orientadas pelos organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial, não sofrem resistência e são facilmente implantadas no país.

Objetivando explicitar esse processo, inicialmente aborda-se o conceito de imperialismo com base em Lênin. Em seguida, busca-se compreender as características do modo de produção capitalista no Brasil, a partir do conceito de capitalismo burocrático. O entendimento da forma específica de capitalismo permite analisar a atuação do Estado no que diz respeito às políticas educacionais.

Na sequência, busca-se compreender o Estado a partir da perspectiva marxista. Parte-se do pressuposto de que o Estado burguês constitui-se como um organismo de dominação de classe. Na fase imperialista do modo de produção capitalista, para além da dominação de uma classe sobre a outra no interior de cada Estado, as nações mais desenvolvidas mantêm sob seu controle outros Estados, cuja forma de capitalismo desenvolvida está atrelada aos interesses imperialistas. Nos períodos de crise aumenta a exploração sobre essas nações atrasadas e submetidas. Por fim, busca-se analisar em que contexto e de que forma o Banco Mundial, aqui entendido como principal organismo do imperialismo no âmbito da educação, direciona as políticas educacionais no Brasil.

O trabalho fundamenta-se na epistemologia marxista, sobretudo em Marx, Engels, Lênin e Mao Tsetung. Desta forma, pretende-se evitar



dificuldades epistemológicas apresentadas por Tello (2012) na produção do conhecimento no campo das políticas educativas. Para esse autor (2012, p.55), em muitos casos, essa produção “se desarrolla sin hacer explícito el posicionamiento del investigador” e “[...] connotan un desarrollo y producción de conocimiento en política educativa desde una posición y perspectiva pseudo-neutral o positivista”. Segundo Tello (2012), a não explicitação dos posicionamentos epistemológicos em investigações relacionadas às políticas educativas impossibilitam a solidez e a coerência do processo de investigação.

Imperialismo como fase superior do capitalismo

Lênin em sua clássica obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo* analisa as profundas transformações pelas quais o modo de produção capitalista passou no final do século XIX e início do XX. Para Lênin (1989, p. 30), o surgimento de grandes monopólios constitui-se num dos processos essenciais que levaram o capitalismo a sua superior e última etapa: o imperialismo.

Neste contexto, de acordo com Lênin (1989), slogans como livre concorrência e democracia utilizados pela imprensa e pelos capitalistas estão ultrapassados. Um grupo reduzido de países avançados mantém o controle da maioria da população mundial por meio da opressão colonial e da asfixia financeira. Esses mecanismos de dominação conduzem à exploração das riquezas em nível mundial.

Ao tratar da partilha do mundo entre as grandes potências, Lênin (1989) afirma que na época do imperialismo, para além da política propriamente colonial, criam-se novas formas de dependência impulsionadas pela política internacional conformada com o capital financeiro. Essa política reduz-se, portanto, à luta pela partilha e repartilha do mundo entre as grandes potências. Nessa direção, o imperialismo não se caracteriza apenas pela existência de colonizados e detentores de colônias que constituem os dois principais grupos de países, mas, segundo Lênin (1989, p. 84) “por variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de dependência política, na



realidade estão presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática.”

As colônias e semicolônias da fase imperialista, no início do século XX, de acordo com Lênin (1989, p. 60), foram possíveis porque se constituem em outro gênero de monopólio. Inicialmente desenvolveram-se associações monopolistas no interior dos países desenvolvidos para, em seguida, os próprios países adquirirem uma condição monopolista por meio da acumulação de enormes somas de capitais formando-se, portanto, um excedente passível de ser exportado para os países dominados.

Os bancos, antes da fase imperialista, eram simples intermediários e se tornaram também monopólios. A junção do capital industrial e do capital bancário originou o capital financeiro. Nos países capitalistas avançados um reduzido número de estabelecimentos bancários concentra os capitais e os rendimentos em dinheiro. A partir daí formam-se oligarquias financeiras capazes de submeter, segundo Lênin (1989, p. 122), “numa apertada rede de relações de dependência, todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa dos nossos dias, sendo esta a manifestação mais saliente deste monopólio.”

Nesse processo de concentração financeira desenvolvem-se Estados rentistas e usurários voltados para a exportação de capitais com vistas a manter sob sua teia de dominação os demais Estados. Para Lênin (1989, p. 123), os monopólios, as oligarquias, a tendência para o domínio e não para a liberdade e a exploração por um reduzido número de ricos e poderosos de um grande número de pequenas e fragilizadas nações deu origem aos “traços específicos do imperialismo que permitem caracterizá-lo como capitalismo parasitário ou decomposto.”

Lênin (1989, p. 61) argumenta que nenhum país capitalista utilizaria o excedente de capitais para elevar o nível de vida das massas em geral tendo em vista a diminuição dos lucros dos capitalistas. Objetivando maximizar os lucros, os capitalistas preferem exportar os capitais para os países dominados. Nesses países é possível aumentar os lucros em função da escassez de capitais. Esse processo difere essencialmente da fase de livre concorrência



que se caracterizava pela exportação de mercadorias. No imperialismo é a exportação de capitais sob o controle dos monopólios que constitui sua característica essencial. (LÊNIN, 1989, p. 60).

Essa necessidade de exportação do “excedente de capitais” conduziu as nações imperialistas a engendrarem nos países atrasados um tipo de capitalismo atado aos seus interesses, uma forma específica de capitalismo submetido ao controle imperialista. Esse capitalismo é denominado por Mao Tsetung e Guzmán de capitalismo burocrático.

O desenvolvimento do capitalismo burocrático no Brasil

Mao Tsetung (2008) ao analisar a dominação imperialista imposta pelo Japão à China define o tipo de capitalismo engendrado pela nação imperialista ao país dominado como capitalismo burocrático. Na explicação de que, diversamente dos países imperialistas, cujo capitalismo desenvolveu-se com a destruição pela burguesia da sociedade feudal, o capitalismo que se desenvolve nos países submetidos não liquida o monopólio da terra e, portanto, não elimina as características intrínsecas ao modo de produção feudal.

El imperialismo se alía en primer término con las capas dominantes del régimen social precedente - los señores feudales y la burguesía comercial-usurera-, contra la mayoría del pueblo. En todas partes, el imperialismo intenta preservar y perpetuar todas aquellas formas de explotación precapitalista (particularmente en el campo), que son la base de la existencia de sus aliados reaccionarios (...) el imperialismo, con todo el poderío financiero y militar que tiene en China, es la fuerza que apoya, alienta, cultiva y conserva las supervivencias feudales, con toda su superestructura burocrático-militarista (MAO TSETUNG, 2008, p. 2).

Nessa perspectiva, Mao Tsetung denomina de semiferais e semicoloniais os pilares sobre os quais se assenta o capitalismo burocrático. A semifeudalidade é caracterizada pela permanência do monopólio da terra por parte de grandes latifundiários, cujos interesses associam-se aos interesses do imperialismo. No contexto da semifeudalidade mantêm-se relações no âmbito da produção denominadas pelo autor de semisservidão. Já o semicolonialismo



explica a condição de subalterna da China em relação ao Japão. O termo é utilizado por Lênin na obra “Imperialismo: fase superior do capitalismo” para explicar a condição dos países que, apesar de gozarem formalmente da independência política, estão submetidos ao controle econômico e político por parte das nações imperialistas.

Guzmán (1974, p. 1), ao aprofundar o conceito de capitalismo burocrático e aplicá-lo à realidade latino-americana, especificamente ao Peru, afirma que este capitalismo se refere àquele “que o imperialismo impulsiona num país atrasado; o tipo de capitalismo, a forma especial de capitalismo, que impõe um país imperialista a um país atrasado, seja semifeudal, semi-colonial”.

No que diz respeito à realidade brasileira travou-se um debate acerca da existência ou não da semifeudalidade que constitui um dos pilares do capitalismo burocrático. Caio Prado Júnior (1966) foi um dos autores que combateu esse conceito argumentando sua inaplicabilidade para o caso brasileiro, que nada apresenta para ser caracterizado como semifeudal considerando que seu surgimento está definitivamente associado ao sistema capitalista que então se desenvolvia e que, portanto, as relações de produção aqui desenvolvidas sempre tiveram como objetivo atender o mercado capitalista. Neste sentido, a parceria, o barracão e cambão encontrados nas relações agrárias, ora são relações tipicamente capitalistas (parcerias), ora se caracterizam como remanescentes da escravidão vigente no Brasil durante séculos.

Prado Júnior (1966, p. 38) critica a concepção segundo a qual todos os países passariam por etapas sucessivas de revoluções que antecederiam o socialismo. Do feudalismo ao capitalismo e deste ao socialismo. Nessa vertente, não seria possível no Brasil uma revolução com características antifeudais, ou seja, “a da revolução agrária democrático-burguesa e antifeudal.” (PRADO JR., 1966, p. 71).

Cabe observar que o autor (1966) polemiza a concepção segundo a qual é necessário que a burguesia nacional, cujos interesses, em tese, estariam contrapostos aos interesses do imperialismo e, desta forma, seria a classe com capacidade de desencadear e levar a cabo uma revolução antifeudal e



antiimperialista. Para Prado Junior (1966), a burguesia nacional, apresentada pelos teóricos da revolução brasileira fundamentados na experiência chinesa com características antiimperialistas não fazia mais sentido, haja vista a crescente integração desses setores aos grupos econômicos e financeiros internacionais.

Não obstante o conhecimento do autor acerca da influência do processo revolucionário chinês e dos conceitos de capitalismo burocrático, semifeudalidade e semicolonialismo adotados para explicar a dominação imperialista do Japão em relação à China, Prado Júnior omite o conceito de Revolução de Nova Democracia desenvolvida por Mao Tsetung, líder da revolução chinesa.

Mao Tsetung (1979, p. 359), ao defender a política de nova democracia afirma que esta “visa à liquidação da opressão externa e da opressão feudal-fascista interna e, depois, à construção não de uma democracia de tipo velho, mas sim de um sistema político que seja uma frente única de todas as classes democráticas”. Portanto, para Mao Tsetung, a revolução clássica democrático-burguesa desenvolvida na maioria dos países da Europa, assim como nos Estados Unidos não se aplicava aos países dominados por nações imperialistas.

Nos países semicoloniais, o capitalismo burocrático não permite o desenvolvimento de uma burguesia genuinamente nacional com possibilidade histórica de quebrar o monopólio da terra por meio da destruição do latifúndio. Desse modo, caberia não mais à burguesia a tarefa de realizar a revolução, mas sim ao campesinato em aliança com a classe trabalhadora e a pequena burguesia. Portanto, não se trata de realizar uma revolução clássica, mas uma revolução de Nova Democracia de forma ininterrupta ao socialismo e posteriormente ao comunismo (MAO TSETUNG, 1979, p. 388).

Para Prado Júnior (1966, p. 100), o fato da formação histórica do Brasil possuir ligações culturais com as nações europeias, que posteriormente se tornaram imperialistas no sentido leninista, ou seja, na fase do capital monopolista, explicaria a inaplicabilidade das categorias históricas utilizadas na produção teórica de Mao Tsetung para explicar a realidade dos países



asiáticos, com destaque para a China, na explicação da submissão brasileira ao imperialismo.

No entanto, ao observar o desfecho dos argumentos de Prado Junior, constata-se que este assume a dominação imperialista nos distintos contextos e omite o fato de que o Brasil gradativamente vinculou-se, na condição de país semicolonial, aos interesses estadunidenses justamente no momento em que o capitalismo burocrático é impulsionado no país. Evidencia-se, assim, a fragilidade do argumento das ligações civilizacionais e culturais, e até demográficas, com os países europeus dada a alteração dessa realidade no contexto do capitalismo em sua fase imperialista.

No sentido oposto às argumentações desenvolvidas por Prado Júnior (1966), autores como Basbaum (1986), Guimarães (1968) e Sodré (1983) colaboraram com seus estudos para tese de que o Brasil não realizou uma revolução de caráter burguês e, portanto, não eliminou as características intrínsecas ao modo de modo de produção feudal.

Para Basbaum (1986, p. 140), no Brasil implantou-se um sistema econômico “misto de formas semicapitalistas de produção, em células econômicas fechadas, como feudos medievais, dentro de si mesmas”. Segundo Basbaum (1968, p. 140), no peculiar sistema econômico brasileiro se confundiam “a empresa capitalista, o trabalho escravo e a economia feudal”.

Guimarães (1968), afirma que em função da ausência do servo da gleba, o feudalismo colonial foi obrigado a regredir ao escravismo. Para esse autor (1968, p. 29), a compensação da perda de produtividade se deu “em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do novo mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão-de-obra”. Nos argumentos de Guimarães (1968, p. 29) resolveu-se “o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno [...], mas para o mercado mundial [...] nenhuma dessas alterações a que precisou moldar-se o latifúndio colonial foi bastante para diluir seu caráter feudal”.

Sodré (1983, p. 38-9), argumenta que a força de trabalho indígena teve um caráter mais servil do que escrava. As mesmas relações servis foram estabelecidas na economia coletora amazônica e pastoril na região sul.



De acordo com Souza (2010), o processo de implantação do capitalismo no Brasil se deu de forma distinta dos processos ocorridos na Europa onde, por meio da revolução burguesa, o feudalismo foi derrotado e as monarquias destruídas. Para esta autora (2010), no Brasil houve a derrota de todas as tentativas revolucionárias de libertação nacional. Eventos históricos como a denominada “Independência” e a tomada do poder político liderada por Getúlio Vargas em 1930 não foram além de uma reorganização das frações da classe dominante no poder político. No contexto de disputa entre as oligarquias vinculadas diretamente ao campo, portanto semifeudais, e a burguesia comercial impulsiona-se o capitalismo burocrático.

Nos primeiros anos da República, predomina no poder a burguesia compradora originada da classe dos comerciantes ligada às oligarquias rurais. Com a crise da economia açucareira no nordeste e do café em São Paulo, que sustentava a política oligárquica desde a Proclamação da República, instala-se uma crise governamental marcada pela desorganização do Estado e pela corrupção, motivos de várias revoltas militares, culminando no vitorioso golpe de Vargas, que colocou a burguesia emergente no poder do Estado: a burguesia burocrática. A característica principal dessa fração da grande burguesia brasileira é ser vinculada e diretamente impulsionada pelo capital financeiro internacional e pelo imperialismo norte-americano (SOUZA, 2010, p. 65).

Vargas teve papel central na garantia dos interesses imperialistas no Brasil. Na condição de representante da burguesia burocrática no poder do Estado compôs os interesses do imperialismo, do latifúndio e da burguesia compradora brasileira. Para tanto, Vargas reprimiu violentamente as lutas sociais e atrelou os sindicatos ao Estado ao mesmo tempo em que garantiu alguns direitos trabalhistas. O processo de lutas pela revolução democrático-burguesa representado pelo movimento tenentista foi derrotado. Este movimento liderado pela débil burguesia nacional constituía-se por anseios democráticos da população.

A grande burguesia brasileira, composta pelas frações burocrática e compradora, trai os interesses democráticos e nacionais ao compor com o imperialismo e manter intacta a estrutura agrária atrasada. O capitalismo burocrático engendrado pelo imperialismo estadunidense reestrutura o Estado brasileiro mantendo-o submisso aos seus interesses. Neste contexto, a



revolução democrático-burguesa não é levada adiante pela média burguesia ou burguesia nacional devido à sua fraqueza e ao seu duplo caráter: possuir contradições com o imperialismo, mas temer a revolução popular assumindo, desta forma, uma posição vacilante (SOUZA, 2010, p. 65). Mao Tsetung (1975) explica esse processo ao afirmar que a burguesia nacional não consegue conduzir o processo revolucionário pelas suas limitações diante do imperialismo.

A tese de que o Brasil mantinha características próprias do modo de produção feudal perdeu fôlego na academia com o golpe militar de 1964. Enfraqueceram-se, também nesse período, os estudos sobre as lutas sociais no Brasil. A tese de que no Brasil havia sido realizada uma revolução democrático-burguesa com Getúlio Vargas foi vitoriosa e a discussão sobre a existência da semifeudalidade passou a ser considerada superada. (SOUZA, 2010).

No entanto, no Brasil, o modo de produção capitalista não superou, por meio de uma revolução de caráter burguês como ocorreu na maioria dos países da Europa e nos Estados Unidos, as relações atrasadas que se dão não apenas no campo, mas também no ambiente urbano. O fenômeno do coronelismo associado frequentemente ao campo brasileiro extrapola esse espaço e constitui-se como uma forma de organização do próprio Estado no Brasil. Mariátegui (2008, p. 54), ao analisar esse fenômeno no Peru, cuja realidade assemelha-se à do Brasil afirma que este “[...] compreende uma grande hierarquia de funcionários, intermediários, agentes, parasitas, etc”. O Estado assume uma feição autoritária em seus diversos níveis com vistas a impor as políticas geradas nos países imperialistas.

O capitalismo em sua fase imperialista impulsionou um tipo de capitalismo que manteve as formas atrasadas de produção nos países dominados. No entanto, não se trata de argumentar a favor da tese de que o Brasil se constitui ainda como um país cujas relações de produção remontam ao feudalismo, mas de que o capitalismo aqui impulsionado não permitiu a superação de formas atrasadas no campo das relações de trabalho denominadas de semisservidão, assim como não desenvolveu as forças



produtivas destruindo o monopólio da terra, o que constitui a semifeudalidade. Nesse contexto, as instituições políticas que compõem o aparato estatal são controladas por forças que estão a serviço das nações imperialistas. Essas, por sua vez, mantêm relações estreitas com as frações da burguesia que se revezam no poder no Estado.

Submissão do Estado brasileiro às determinações imperialistas

O Estado surgiu como uma força para garantir os interesses das classes proprietárias. De acordo com Engels (2009, p. 135), o Estado originou-se das contradições entre as classes sociais. A sociedade de classes que acabava de surgir necessitava de uma instituição que garantisse a perpetuação da dominação da classe possuidora sobre a classe não possuidora. A exploração e a violência passam a ser utilizadas para a aquisição de novas riquezas. As antigas instituições presentes no interior das gens são pervertidas com o objetivo de justificar essas novas formas recém-surgidas. O Estado, desta forma, surgiu tendo como função central assegurar as riquezas individuais originadas do desenvolvimento desigual das forças produtivas.

A propriedade privada que até então era pouco estimada passou a ser consagrada. Além da consagração santificadora da propriedade privada, o Estado também deveria imprimir “o selo geral de reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada das riquezas [...]” (ENGELS, 2009, p. 135).

Engels (2009, p. 209), combate a concepção idealista de Hegel acerca do Estado afirmando que este não é um poder que se impôs de fora para dentro na sociedade, assim como não é “a realidade da ideia moral” ou a “imagem e a realidade da razão” conforme defendia Hegel ao desconsiderar as relações de produção que determinavam a forma como o Estado estaria organizado. Para Engels, o Estado é resultante das relações estabelecidas no interior da própria sociedade, sendo, portanto, um produto desta na medida em



que se atinge um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Para esse autor, ao criar o Estado, a sociedade confessa que está enredada

[...] numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais é o Estado (ENGELS, 2009, p. 209).

A perspectiva segundo a qual o Estado possui neutralidade diante das contradições de classe e, portanto, age no sentido de mediar essas contradições, é inteiramente desacreditada nos argumentos apresentados por Engels (2009), a partir da análise da gênese do Estado em diferentes sociedades.

Karl Marx ao tratar especificamente do Estado no âmbito da sociedade capitalista em *Ideologia Alemã*, afirma que este nada mais é do que a forma de organização adotada pelos burgueses, cujo objetivo central é a garantia de suas propriedades e de seus interesses. Marx (1999) afirma, ainda, que é uma ilusão acreditar que as leis oriundas do Estado burguês baseiam-se na vontade livre destacada de sua base real fundamentada na propriedade privada dos meios de produção.

Marx em *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* analisa a luta de classes na França que culminou no golpe de Estado deflagrado sob a liderança de Louis Bonaparte, em 02 de dezembro de 1852. Naquele contexto, é elucidativo o processo de criação e posterior liquidação da Constituição republicana. Nos dois momentos, o Estado impossibilitou, por meio do uso da violência, toda e qualquer participação popular. De acordo com Marx (2006, p. 36), “se a constituição foi mais tarde liquidada por meio de baionetas, é preciso não esquecer que foi também por baionetas, e estas voltadas contra o povo, que teve que ser protegida no ventre materno e trazida ao mundo”.

Lênin (2007), na obra *O Estado e a Revolução*, publicada originalmente em 1917, retoma a discussão sobre a questão do Estado, na perspectiva



marxista, tendo em vista as deformações que esta vinha sofrendo por diversos teóricos revisionistas e oportunistas da Segunda Internacional¹. Entre esses teóricos estava Kautsky. De acordo com Lênin (2007, p. 128), Kautsky não havia compreendido o que diferencia o parlamentarismo burguês, cuja democracia e burocracia estão contra o povo, da democracia proletária que deve tomar medidas no sentido de extirpar a burocracia com a finalidade de estabelecer uma democracia completa para o povo.

Portanto, Kautsky abandona o marxismo ao preconizar que a máquina estatal não deve ser destruída e sim utilizada pela classe trabalhadora cujo poder deve ser conquistado adquirindo a maioria no interior desta. Evidencia-se, assim, o caráter oportunista e revisionista da concepção kautskyana acerca da postura do proletariado frente ao Estado (Lênin, 2007).

De acordo com Lênin (2007, p. 133), o essencial consiste em saber se mantém ou não a maquinaria governamental ligada à burguesia por milhares de fios. Para o autor (2007), a revolução não poderá resultar na classe trabalhadora governando na utilização da velha maquinaria criada pela burguesia e sim a revolução deverá destruir o Estado burguês e construir um Estado proletário com o objetivo de garantir a transição para o comunismo. Essa é “a ideia fundamental do marxismo, que Kautsky ou dissimula ou não compreendeu absolutamente.” (LÊNIN, 2007, p. 133). Em oposição aos revisionistas e oportunistas, Lênin (2007, p. 137), é categórico: “quanto a nós, romperemos com esses renegados do socialismo e lutaremos pela destruição de toda a velha máquina do Estado, a fim de que o proletariado armado se torne, ele próprio, o governo”.

O Estado burguês, portanto, se constitui como um organismo de dominação de classe. Com o desenvolvimento do imperialismo, para além da dominação de uma classe sobre a outra no interior de cada Estado, as nações mais desenvolvidas mantêm sob seu controle outros Estados, cuja forma de

¹ A Segunda internacional foi fundada em 1889 e chegou ao fim em 1914, quando revisionistas e oportunistas autointitulados marxistas apoiaram seus governos imperialistas na Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/internacional.htm>> Acesso em: 17 mar. 2014.



capitalismo desenvolvida está atrelada aos interesses imperialistas. Nos períodos de crise aumenta a exploração sobre essas nações atrasadas e submetidas.

Dessa maneira, com a crise estrutural que iniciou a partir de 1970, os países dominantes conduziram reformas nos mais diversos setores com a finalidade de garantir uma sobrevivência ao sistema. Naquele contexto, realizou-se em Washington, em 1989, uma reunião “com o objetivo de discutir as reformas consideradas necessárias para a América Latina” (SAVIANI, 2007, p. 425). Desse encontro resultou uma série de recomendações que deveriam ser acatadas pelos países dessa região entre as quais destacam-se “[...] um programa de rigoroso equilíbrio fiscal a ser conseguido por meio de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias tendo como vetor um corte profundo nos gastos públicos.” (SAVIANI, 2007, p. 426), além de “uma rígida política monetária visando à estabilização” e [...] “a desregulação dos mercados tanto financeiros como do trabalho, privatização radical e abertura comercial.” (SAVIANI, 2007, p. 426). No início essas políticas foram impostas por meio das condicionalidades, no entanto, num segundo momento “perdem o caráter de imposição, pois são assumidas pelas próprias elites econômicas e políticas dos países latino-americanos.” (SAVIANI, 2007, p. 426).

Diante desses argumentos, evidencia-se o caráter servil das classes dominantes brasileiras ao acatarem as determinações oriundas dos organismos internacionais controlados pelas nações imperialistas, destacadamente os Estados Unidos. Todas as “recomendações” estavam voltadas para garantir os lucros fabulosos do setor financeiro por meio da livre circulação de capitais, atender aos interesses das empresas multinacionais interessadas na quebra dos monopólios estatais, “flexibilizar” as relações trabalhistas como exigência de ampliar a exploração do trabalho e diminuir os gastos públicos para garantir o pagamento dos serviços da dívida.

Imposições imperialistas na educação básica brasileira



O Estado brasileiro durante sua história não dispôs de autonomia tendo em vista sua condição subalterna perante os países imperialistas. Na história mais recente, a submissão às determinações, sobretudo dos Estados Unidos, demonstram a incapacidade do Estado brasileiro de tomar decisões autônomas, devido à composição de classes que o dirige. Essas possuem vínculos estreitos com o imperialismo e ao se apoderarem do aparelho estatal tem suas ações pautadas pelos organismos internacionais controlados pelas nações hegemônicas.

A submissão do Estado brasileiro diante dessas imposições refletiu diretamente no âmbito educacional. Para justificar tal processo ganharam corpo ideias pedagógicas cujos fundamentos já estavam presentes em movimentos anteriores, no entanto, aparecem ressignificadas. De acordo com Saviani (2007, p. 426), é difícil caracterizar em linhas gerais essa nova fase, considerando que “se trata de um momento marcado por descentramento e desconstrução das ideias anteriores, que lança mão de expressões intercambiáveis e suscetíveis de grande volatilidade”. Para Saviani (2007, p. 426) lança-se mão de “categorias precedentes às quais se antepõem prefixos do tipo ‘pós’ ou ‘neo’” e, assim, considera centrais as seguintes categorias: neoprodutivismo, neo-escolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo.

De acordo com Saviani (2007), a eclosão da crise estrutural da sociedade capitalista na década de 1970 impulsionou a reestruturação produtiva levando à substituição do fordismo pelo toyotismo. A revolução na base técnica produziu tecnologias leves e flexíveis que demandam trabalhadores polivalentes em oposição ao fordismo, que se baseava em tecnologias de base fixa e pesada completado pelos métodos tayloristas que preconizavam a divisão parcelada do trabalho rigidamente hierarquizada. No fordismo, a produção ocorria em grande escala voltada para o consumo em massa e no toyotismo, a produção volta-se para atender a demanda incorporando métodos que evitam a formação de estoques. Nessa perspectiva, a estabilidade no emprego não está mais no horizonte dos trabalhadores. Devem, portanto, vestir a camisa da empresa e elevar sua produtividade com vistas a aumentar sua permanência no emprego. Para Saviani (2007, p. 427),



“manteve-se, pois, a crença na contribuição da educação para o processo econômico-produtivo, marca distintiva da teoria do capital humano. Mas seu significado foi substantivamente alterado”.

Desse modo, o Estado brasileiro, através de políticas públicas voltadas para o setor educacional, tem adotado o discurso de caráter ideológico, desenvolvido a partir da década de 1960, que parte do pressuposto de que a educação impulsionaria o desenvolvimento econômico.

Na teoria do capital humano, a educação assume o caráter de infraestrutura e não de superestrutura, conforme preconizou Marx (2008) ao afirmar que os homens, na produção de sua existência, estabelecem relações condicionadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e independentes de sua vontade. A infraestrutura, de acordo com Marx (2008), seria constituída pela totalidade dessas relações de produção. Sobre essa base real elevam-se determinadas formas de consciência, de organização política e jurídica. Neste sentido, para Marx (2008, p. 47), “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” Constata-se assim, que na teoria do capital humano existe uma completa inversão desse pressuposto marxista: de determinada, a educação assume um papel de determinante no processo de produção da vida material.

O Banco Mundial, na condição de principal agência do imperialismo na atualidade, sobretudo o estadunidense, tem sido o principal veiculador da ideologia do capital humano nos países semicoloniais. Nos diversos documentos publicados por este organismo internacional, a partir de 1990, a educação aparece ora como fator de desenvolvimento econômico, reeditando, portanto, a teoria do capital humano, ora como mecanismo de diminuição dos impactos das políticas macroeconômicas impostas pelo imperialismo. Nesse contexto, expressões como “alívio da pobreza” e “vulnerabilidade social” assumem papel de destaque nos diversos documentos. Para Leher (1998, p. 234) “o que caracteriza esta diretriz é a associação pobreza, segurança e domínio/direção” Não há oposição entre a primeira e segunda alternativa: [...] “a política de fomento à escolarização elementar abraça [...] o tema da



segurança e é um modo de construir o “consentimento sem consentimento.” (LEHER, 1998, p. 234).

As nações imperialistas possuidoras de maior poderio econômico e militar criaram ao longo do século XX, sob a liderança dos Estados Unidos, diversas instituições para funcionarem como instrumentos de imposição dos seus interesses. Entre essas instituições, o Banco Mundial possui papel central, tendo em vista que suas ações não estão restritas ao campo financeiro, pelo contrário, atua fortemente nos campos político e ideológico.

O Banco Mundial foi criado em 1944 na Conferência de Bretton Woods. Na mesma ocasião criou-se o Fundo Monetário Internacional – FMI. A distribuição dos votos, após a criação do Banco, evidenciava a predominância das nações imperialistas no controle da instituição. Os EUA e o Reino Unido controlavam 48,3 por cento do total de votos e chegava a 71,4 do total ao se somar outros onze países industrializados. Do ponto de vista geográfico essas nações concentravam-se na América do Norte, na Europa Ocidental e Central e a Oceania. (PEREIRA, 2009, p. 68).

O Grupo Banco Mundial é composto por sete organizações: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Cooperação Financeira Internacional (CFI), Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), Instituto do Banco Mundial (IBM) e Painel de Inspeção (PEREIRA, 2009, p. 7). Atualmente, o Banco possui 188 países membros e tem como presidente Jim Yong Kim. Desde sua criação, somente estadunidenses assumiram a presidência do Banco. No que diz respeito ao poder de voto dos países membros, o Brasil possui 2,07 por cento enquanto os EUA 16,38 por cento no BIRD. Ao se somar o poder de voto dos EUA e dos demais países que compõem o G7: Reino Unido, França, Canadá, Itália, Japão e Alemanha esse valor chega a 42,8. (PEREIRA, 2009, p. 40-3).

O Banco Mundial, além de ator financeiro, age como ator político e intelectual na medida em que consegue impor políticas educacionais cujos pressupostos ideológicos estão voltados para justificar a dominação, incutindo



a ideia de que as causas do atraso e da pobreza não estão nas políticas de espoliação impostas pelos países imperialistas, mas na ausência de escolarização, sobretudo do ensino fundamental. No documento “El mejoramiento de la educación primaria em los países en desarrollo: examen de las opciones de política”, publicado em 1990, para Conferência Mundial de Educação, realizada em Bangkok, o Banco Mundial insiste que os países tidos como “em desenvolvimento” devem priorizar o ensino fundamental, visando progredir e aliviar a pobreza.

En consecuencia, uno de los principales desafíos para el progreso de todos los países en desarrollo es el aumento del de la educación y la capacitación de la mano de obra [...] todos los países necesitan cerciorarce de que los adelantos de los niños que asisten a las escuelas primarias sean suficientes para promover las perspectivas de desarrollo y de alivio de la pobreza de cada país. (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 01).

Diversamente dos países imperialistas, cujas orientações são no sentido de desenvolver tecnologia de ponta e centros de pesquisa de excelência com foco no ensino superior, onde se pressupõe educação básica de qualidade, para os países dominados preconiza-se o desenvolvimento de atitudes pelas crianças, na intenção de satisfazer as exigências advindas da reestruturação produtiva do capitalismo em crise.

Si bien en todos los niveles de La educación hay deficiencias de calidad, La solución debe comenzar en el nivel primário, donde los niños desarrollan sus actitudes y enfoques básicos de aprendizaje. Mejorar la calidad de la educación de los niños de las escuelas primarias es condición previa para el desarrollo de la base de recursos humanos necesaria a fin de satisfazer las exigências tecnológicas cambiantes del siglo XXI. (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 14).

Na mesma perspectiva, a teoria do capital humano é concebida para garantir a instrução dos trabalhadores exigidos pelo mercado.

Un sistema deficiente de educación primaria compromete todo el sistema de desarrollo del capital humano. Produce estudiantes mal preparados para lá educación de niveles secundário y terciario e adultos analfabetos. Y ló que es más importante, no produce una suficiente cantidad de padres, trabajadores y administradores verdaderamente instruidos, que contribuyan al desarrollo. (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 13).



O Banco Mundial é bem explícito quanto aos seus objetivos: instruir os trabalhadores com objetivo de atender às exigências de um mercado de trabalho com empregos instáveis. Nesse sentido, Leher (1998) argumenta que a orientação de formação do Banco tem como alvo as contradições geradas pelo capitalismo não com o objetivo de resolvê-las, mas para que estas tornem-se inofensivas ao capital. Assim, preconiza-se [...] “uma formação carregada de preceitos ideológicos que celebram o livre mercado e as suas normas. Como já discutido anteriormente, as recomendações versam sobre as virtudes da economia de mercado, do trabalho ‘flexível’, etc.” (LEHER, 1998, p. 240).

Entre os principais argumentos do Banco encontra-se a ideia de que os trabalhadores com maior escolarização seriam menos impactados pelo desemprego. Dessa maneira, somente os trabalhadores não habilitados são atingidos de maneira negativa. Essa falácia, de acordo com Leher (1998, p. 237), parte do pressuposto de que “o crescimento da desigualdade teria sua raiz na desigualdade educacional, pois os trabalhadores mais educados teriam muito mais chances no mercado em rápida mudança”. Para o autor (1998, p. 237), se a todos fosse assegurada escolarização de alto nível, “os poucos empregos existentes seriam tão disputados que os salários despencariam, mesmo entre os escolarizados, uma tendência, aliás, já perceptível em diversos setores, a exemplo dos bancários.”

Evidencia-se, assim, a estreita relação entre o defendido pelo Banco Mundial em seus documentos e a condução das políticas educacionais no Brasil. A prioridade das políticas públicas para a educação brasileira tem recaído sobre a educação básica, sobretudo o ensino fundamental.

Considerações Finais

Neste trabalho discute-se acerca da possibilidade de analisar as políticas educacionais, a partir de duas categorias históricas: imperialismo e capitalismo burocrático, ambas oriundas da perspectiva epistemológica marxista.



O conceito de imperialismo permite compreender a atual fase do capitalismo e a educação exigida para essa conjuntura. O conceito de capitalismo burocrático, desenvolvido inicialmente por Mao Tsetung, possibilita o entendimento da forma específica de capitalismo engendrada nos países dominados na época do imperialismo. Esse tipo de capitalismo mantém relações atrasadas no campo e na cidade não permitindo o desenvolvimento das forças produtivas. Nesse contexto, não são criadas na educação as condições para a transmissão das formas mais elaboradas do conhecimento desenvolvido pela humanidade, assim como as possibilidades de produção de conhecimento nos níveis superiores são extremamente limitadas.

Constatou-se que o Estado brasileiro tem seguido as orientações do Banco Mundial, enquanto principal agência do imperialismo, sobretudo o estadunidense que tem controle sobre as políticas do Banco.

O Banco Mundial direciona as políticas educacionais no sentido de aliviar os impactos da espoliação imperialista. Para tanto, as prioridades recaem sobre a educação básica que além do “alívio à pobreza” deve produzir nos indivíduos as competências e habilidades exigidas pelo mercado. Conceitos ideológicos como “capital humano” e “países em desenvolvimento” são utilizados pelo Banco para justificar as políticas induzidas no âmbito da educação.

Os conceitos de imperialismo e capitalismo burocrático permitem compreender as políticas educacionais na perspectiva da totalidade e possibilitam a superação da visão fragmentária da realidade que não analisa as determinações econômicas e sociais, que estão na base da elaboração e implantação das decisões políticas no campo da educação no Brasil.

Referências

BANCO MUNDIAL. El mejoramiento de la educación primaria em los países en desarrollo: examen de las opciones de política. **CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**, Bangkok, 1990.

BASBAUM, L. **História sincera da República**: das origens a 1889. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.



ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ciro Mioranza. 3 ed. São Paulo: Escala, 2009.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUZMÁN, A. **La problemática nacional:** discurso pronunciado no Sindicato de Docentes de Huamanga, Lima, Peru, 1974. Disponível em: <http://www.blythe.org/perupcp/docs_sp/nacional.htm>. Acesso em: 03 jan. 2009.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. Tradução de Olinto Beckerman. 4 ed. São Paulo: Global, 1989.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Expressão popular, 2007.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização:** a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. 1998, 267p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MAO TSETUNG. **Obras escolhidas.** Tradução da equipe de edições em línguas estrangeiras da editora do povo de Pequim. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. t. III.

MAO TSETUNG. **Notas del presidente Mao sobre capitalismo burocrático.** Tradução da equipe de edições em línguas estrangeiras da editora do povo de Pequim. 2. ed. Lima: Ediciones Alborada, 2008.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **A ideologia alemã (I – Feuerbach).** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte.** Tradução de Silvio Donizete Chagas. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).** 2008. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.



PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SODRÉ, N. **História da burguesia brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, M. M. de. **Imperialismo e educação do campo**: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990. 2010. 405 p. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010.

TELLO, C. G. Las epistemologías de la política educativa como enfoque: la vigilancia y el posicionamiento epistemológico del investigador. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n.1, jan./jul. 2012.